1 Ata da vigésima terceira Reunião da Câmara Técnica de Economia e Inovação-

2 CTEI

Às dez horas e quarenta minutos (10:40) do dia três de outubro de dois mil e dezoito 3 (03/10/2018) deu-se início no INDI, em Belo Horizonte, a vigésima terceira reunião 4 ordinária da Câmara Técnica de Economia e Inovação (CTEI) do Comitê Interfederativo 5 6 (CIF) que visa à recuperação, mitigação, remediação e reparação dos danos causados pelo 7 rompimento da barragem de Fundão em Mariana-MG. A reunião se iniciou com a 8 apresentação do diretor vice-presidente do Instituto de Desenvolvimento Integrado de 9 Minas Gerais (INDI), Ricardo Ruiz, dando abertura ao primeiro bloco com pauta interna. O representante da SEAG, Pedro Carvalho, solicitou inclusão de item de pauta 10 relacionado aos editais da ATER, o que foi incluído antes do item "Dinâmica de atas". 11 Ricardo Ruiz relatou informes gerais pertinentes a última reunião do CIF, informando 12 13 que pela segunda vez houve a participação do Ministério Público e seus assessores. Ricardo Ruiz informou sobre a aprovação da Nota Técnica e Deliberação confeccionadas 14 15 pela CTEI referente ao Ressarcimento. Desta forma, os 39 municípios citados anteriormente na nota receberão o ressarcimento. O ressarcimento referente ao município 16 de Aracruz será discutido futuramente, a Fundação Renova enviará um e-mail indicando 17 aos prefeitos os procedimentos que deverão ser seguidos. Ricardo Ruiz informou que 18 após o recebimento do documento de arrecadação municipal a Fundação Renova pagará 19 em 30 dias os valores tabelados pactuados entre Minas Gerais e Espírito Santo, que fica 20 21 em torno de R\$ 53 milhões, então esse pagamento deverá acontecer entre final de outubro 22 e começo de novembro. O representante da Ramboll, André Cintra questionou se a 23 Fundação Renova fez alguma manifestação contrária em relação aos valores que estavam estipulados, em resposta o Sr. Ricardo Ruiz informou que a Fundação Renova não se 24 25 manifestou contrária e está de acordo com a nota técnica e caso houvesse alguma discordância, dada a dinâmica atual da nova governança, ela teria que ter solicitado vista 26 27 ou direito de avaliar, mas isso não ocorreu. Camilla Nogueira/SETADES fez informe 28 sobre a deliberação dos ressarcimentos dos municípios, que a princípio nota técnica foi 29 enviada sem a distribuição dos recursos do Espírito Santo, apenas com os recursos 30 acordados pelos municípios de Minas Gerais. Neste sentido, os prefeitos do Espírito Santo informaram estarem de acordo com a proposta da divisão do recurso de acordo com a 31 32 tabela do último documento disponibilizado pela Fundação Renova. Ricardo Ruiz/INDI informou que este item foi registrado na ata do CIF e que o envio da deliberação foi feito 33 34 antes do acordo com Estado do Espírito Santo. Ricardo Ruiz/INDI solicitou que os

prefeitos do Estado de Espírito Santo fiquem atentos à ata do CIF, pois é necessário que o "de acordo" esteja descrito na mesma. Ricardo Ruiz declarou a aprovação da criação do Fundo Compete Rio Doce e esclareceu que o questionário de Colatina chegou depois de acordado o ressarcimento, perdendo o sentido já que houve acordo. Ricardo Ruiz/INDI informou que o assunto UHE Risoleta Neves é uma discussão importante que possivelmente irá gerar uma nota técnica a ser protocolada no próximo CIF. Antes de passar a palavra ao Silvério, prefeito de Rio Doce (videoconferência), Ricardo Ruiz fez uma breve contextualização sobre Rio Doce e Santa Cruz que fizeram uma estimativa da perda de receita até dezembro devido à não operação da UHE Risoleta Neves, o que os municípios questionam é o que será feito a partir do mês de janeiro de 2019. Com a palavra, Silvério/Pref. Rio Doce (Discussão sobre as consequências da paralização da UHE Risoleta Neves na arrecadação de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado (solicitação Município de Rio Doce) informou que existe uma urgência na questão citada anteriormente e que os municípios ainda estão suportando, mas que a partir de 2019 as perspectivas serão piores, pois o impacto se tornará ainda maior. Silvério, solicitou que seja feito um encaminhamento ao CIF de uma nota técnica ou até de uma deliberação criada pela CT-EI com a memória de cálculo e detalhamentos apresentados no Estudo Consolidado enviado pelo município à Câmara. Ricardo Ruiz/INDI fez nova contextualização informando que a estimativa do que será ressarcido está sendo auditado e que daqui pra frente será proposta uma nova metodologia para fazer um desembolso mensal das duas prefeituras de forma que compense as quedas de receita geradas pela paralisação da operação de Candonga e explicou sobre a nota técnica solicitada pelos municípios. Ricardo Ruiz/INDI ressaltou que é necessária aprovação ou não dos membros da CT-EI. O representante da EY, César Sarsur, informou que foi agendada uma visita à cidade de Rio Doce no dia 09 de outubro de 2018 para validação dos impactos informados e esclareceu que a EY não entrará na discussão da melhor metodologia para apurar real ressarcimento. Ricardo Ruiz/INDI contextualizou que a EY está checando se os números batem com metodologia, sem julgar a mesma, já que depende da deliberação que ainda não foi pautada. Silvério/Pref. Rio Doce solicitou a palavra informando que o planejamento é que em fevereiro a Fundação Renova faça a checagem da arrecadação do estado e até março os pagamentos. Ricardo Ruiz/INDI apresentou duas estratégias para CT-EI, a primeira estratégia seria fazer uma nota técnica, informar ao CIF e posteriormente entrar em discussão com a Fundação Renova, a segunda estratégia seria enviar a deliberação diretamente ao CIF esperando que a Fundação Renova peça vista

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

69 para posterior discussão. André Cintra/Ramboll questionou em relação à metodologia se 70 quando o índice varia ele fica fixo e se a verba que entrará será de cunho reparatório. Em resposta, Ricardo Ruiz/INDI informou que o índice ficará fixo pois está relacionado ao 71 último período de operação de Candonga, desta forma, ele permanecerá fixo até que a 72 UHE Risoleta Neves volte a operar. Em Baixo Gandú provavelmente também acontecerá 73 uma paralisação temporária da UHE e existe uma metodologia parecida que está sendo 74 avaliada pela Fundação Renova. Ricardo Ruiz informou a necessidade em levantar dados 75 sobre UHE Marcarenhas/Baixo Gandú para que a EY avalie, Camilla 76 77 Nogueira/SETADES ficou responsável por buscar informações para se criar uma estimativa de ressarcimento da paralisação da UHE em Baixo Gandú. O prefeito de Rio 78 79 Doce, Silvério, explicou que o índice e o percentual do impacto de Candonga junto ao VAF ficam fixos e que arrecadação do estado varia. Em relação a Baixo Gandú, 80 81 Silvério/Pref. Rio Doce esclareceu que tem conversado com os responsáveis e que devido a paralisação da UHE houveram algumas quedas e que é necessário esse levantamento 82 83 para que ocorra a reparação. Continuando, Silvério/Pref. Rio Doce, entende a necessidade em inicialmente fazer somente a Nota Técnica e posteriormente a Deliberação. Ricardo 84 Ruiz solicitou posicionamento dos membros da CT-EI e como ninguém se posicionou, 85 ficou acordado que a coordenação da CT-EI fará essa nota sobre o pleito de Candonga 86 até o dia 9 de outubro para envio dentro do prazo do CIF. O segundo assunto tratado foi 87 sobre os editais da ATER, com a palavra Pedro Carvalho/SEAG relatou que a Fundação 88 Renova enviou os editais para a análise e a impressão que teve foi que o Estado do Espírito 89 90 Santo foi deixado de fora e questionou como a Fundação atuará nesta questão. Pedro 91 Moreira/SEDA esclareceu que a secretaria vem conversando muito com a Fundação 92 Renova sobre ATER, principalmente no que se trata do programa para retorno das 93 atividades agropecuárias. A Emater/MG declarou não conseguir assumir as demandas necessárias e a partir disso surgiu a ideia em abrir editais para concorrência de assistências 94 técnicas. Após algumas discussões (inicialmente para editais 1 e 2) chegou-se a 95 96 parâmetros de valores referência técnico/família mais avançados que qualquer edital 97 ATER pública. Pedro Moreira/SEDA informou que se a estratégia for avaliada como 98 pertinente e estando de acordo com o programa, é necessário avaliar os editais e que o seu único questionamento foi quanto a falta de anexos o que dificultou a análise ponto a 99 100 ponto dos itens, porém, ressalta que como esse documento foi construído em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário os parâmetros gerais podem estar corretos. 101 102 No edital 3 e o de reassentamento não apresentam valores nas propostas. Pedro

Moreira/SEDA ressaltou a necessidade em deliberar que a estratégia de MG está correta fazendo ressalva que a estratégia do ES é outra, para que entrem em acordo com Emater-ES e referendem o que o Governo/Estado de ES apresentaram, deixando claro os pormenores a serem tratados e assim, de forma geral, a estratégia estará correta o que evita que a aprovação aconteça só em 2019. Feliciano/SEAPA ressaltou que sentiu falta dos anexos e informou que não entendeu se houve uma consulta prévia à diretoria da Emater-MG se posicionando quanto a estratégia no uso de editais como melhor caminho. Feliciano/SEAPA informou que foi feita a leitura do edital 2 e que já existem alguns pontos de melhoria. Ricardo Ruiz/INDI esclareceu a necessidade em decidir o que será feito em relação aos editais devido ao prazo, solicitou que o Agropec faça uma nota técnica para ser enviada a Fundação Renova seguindo a mesma metodologia e delibere no CIF em novembro. Pedro Carvalho/SEAG voltou a comentar que o Estado do Espírito Santo está sendo deixado em segundo plano e considera importante que os editais venham com a descrição do que será feito em MG e em ES. Pedro Moreira/SEDA acha importante deliberar o edital 2 (lote 1 e 2) em outubro por estarem mais avançados e os editais 1 e 3 deliberados em novembro após maior aprofundamento. Pedro Carvalho/SEAG acha importante se trabalhar de forma integrada (ES e MG) e que não dá para resolver uma parte (MG) e deixar a outra sem soluções (ES) e ressalta a necessidade em solicitar outra proposta completa. Pedro Moreira/SEDA entende a importância das propostas andarem juntas, mas volta a ressaltar a necessidade de deixar o que está pronto fluir e que não vê sentido em fazer o que está finalizado esperar até novembro. Ricardo Ruiz/INDI pediu uma decisão da CT-EI. Pedro Carvalho/SEAG informou que o tempo está passando e nada está sendo feito e que é necessário que as ações para retomada das atividades agropecuárias deem início. Ricardo Ruiz/INDI solicitou que esses editais sejam pautados em novembro, já que tem duas notas técnicas a serem pautadas em outubro. O próximo item foi sobre dinâmica das atas onde Camilla Nogueira/SETADES demonstrou insatisfação quanto aos: conteúdos equivocados presentes em algumas atas, falta de incorporação das mudanças solicitadas pelos membros, falta de prazos, falta de clareza nos processos de discussões que aconteceram na reunião. Ricardo Ruiz/INDI informou que a pedido do CIF às atas são no modelo executivo e que para ter acesso a toda discussão é necessário solicitar as mídias gravadas. Camilla Nogueira/SETADES reiterou que os prazos são imprescindíveis e que o conteúdo deve ser coerente ao que foi discutido em sua totalidade para que haja um registro fiel. Pedro Carvalho/SEAG questionou se não pode ser feita uma síntese no lugar uma ata, já que muitas das vezes se participa da reunião

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

e ao analisar o documento, não há todos os registros. Mirna Corrêa/MAPA solicitou que constasse em ata o seu de acordo com os registros feitos pelos representantes do Espírito Santo. Ricardo Ruiz/INDI solicitou que os membros se atentem quanto as revisões das atas e aos prazos de revisão, pois é importante que elas sejam finalizadas antes das reuniões do CIF devido as notas técnicas e deliberações decorrentes da reunião. André Cintra/Ramboll relatou que parte das discussões que eram anteriormente feitas nas CTs hoje são tratadas nos Grupos de Trabalhos, desta forma, acha conveniente que registros idênticos as atas sejam feitas também nos GTs. Ricardo Ruiz/INDI informou que devido ao grau de complexibilidade é complicado realizar esses registros e que um informe seria o suficiente. Mirna Corrêa/MAPA informou achar impossível a elaboração de ata para os GTs, uma vez que na maioria das vezes os GTs trabalham por meio eletrônico inviabilizando os registros no formato de atas, mas ressaltou a importância em ter pelo menos registro, em outro formato, contendo os encaminhamentos sobre a situação em questão. Pedro Carvalho/SEAG em relação a NT° 64 informou que a mesma não está aprovando o plano Retomada Agropecuária no Território 2 apresentado pela Fundação Renova e que existem melhorias a serem feitas, apesar de ter ocorrido consenso em alguns momentos da reunião realizada entre as equipes de MG, ES e Fundação Renova. Pedro Carvalho/SEAG ressaltou que deve ser levado ao CIF as melhorias e avanços no Plano, mas que ainda há um prazo e deveres a serem cumpridos pela Fundação. Mirna Corrêa/MAPA complementou que sua preocupação é em relação as mudanças de governo que acontecerão no ano que vem e a responsabilidade dos órgãos em deixar registros para que haja continuidade nas ações/atividades. Pedro Moreira/SEDA voltou a ressaltar a importância em enviar a nota técnica à Fundação Renova e protocolar os editais de ATER 1 e 2 que estão consolidados. Ricardo Ruiz/INDI pontuou que a NT n° 64 será pautada no CIF em outubro da forma que está, deixando claro que foram apresentadas considerações à Fundação Renova, como a CT-EI está aguardando adequações o Plano de Retomada das atividades Agropecuárias não está aprovado. Após grande discussão dos membros da CT-EI, Ricardo Ruiz/INDI afirmou que a NT n° 64 será enviada ao CIF em outubro. Camilla Nogueira/SETADES informou em relação a UHE Mascarenhas, que o prefeito enviará os dados para realização de estudos idênticos aos que foram feitos em Minas Gerais. ÀS 11 horas e 47 minutos a reunião foi aberta aos membros da Fundação Renova. Ricardo Ruiz/INDI fez uma breve contextualização sobre as decisões tomadas no momento interno da CT-EI, informando que será feita uma nota técnica sobre a metodologia usada para mensurar as perdas de receitas consequentes da paralização da

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

168

169

UHE Risoleta Neves e outra nota técnica (n° 64) sobre o Programa de Retomada das 171 172 Atividades Agropecuárias. O primeiro item a ser discutido com os representantes da Fundação Renova foi sobre a nota técnica relacionada a UHE Risoleta Neves onde Lucas 173 174 Sant'Anna/Fundação Renova fez posicionamentos jurídicos quanto às obrigações da 175 Fundação em acertar esses valores presentes nos documentos enviados pelo prefeito de 176 Rio Doce, Silvério. Orsi Rodrigues, representante da Prefeitura do Município de Santa 177 Cruz do Escalvado explicou como surgiu as demandas de ressarcimento ligada a 178 paralisação da UHE Risoleta Neves. Franklin Gonçalves/CEMIG comentou sobre os 179 cronogramas apresentados anteriormente para retomada da UHE e considerou que se 180 todos os prazos tivessem sido atendidos a usina poderia estar em funcionamento. Franklin 181 Gonçalves/CEMIG considera também que a Fundação Renova deveria apresentar um plano para retirada do rejeito presente no reservatório ou até um laudo que explicita que 182 183 a usina não poderá voltar as operações comerciais por agora. Pedro Moreira/SEAG refletiu que não haveria o que ser discutido em relação a esse assunto já que dificilmente 184 185 haveria consenso. Paulo Rocha/Fundação Renova discordou e ressaltou que a Câmara Técnica serve como um espaço de discussão e considera que deveria haver o debate sobre 186 187 esse tema. Lucas Sant'Anna/Fundação Renova concordou com o Paulo Rocha/Fundação Renova e ressaltou a importância em conversar sobre esses assuntos analisando os 188 189 âmbitos jurídicos também. Franklin Gonçalves/CEMIG reafirmou a necessidade em responder se a usina voltará ou não a funcionar e solicitou que a Fundação Renova traga 190 191 à CT-EI a equipe técnica responsável pela restauração da usina para responder os 192 questionamentos apresentados anteriormente. Paulo Rocha/Fundação Renova relatou que 193 entende a ligação do funcionamento da usina com a receita dos municípios e que por este 194 tema não estar ligado a CT-EI, a Fundação não tem as pessoas/conhecimento técnico 195 exigidos para que acontecesse os debates do assunto no momento. Porém, considera que seria válido marcar uma reunião intercâmaras para realizar debates a respeito. André 196 197 Cintra/Ramboll falou sobre sua representação e entende que a Câmara Técnica não é o 198 melhor local para se discutir assuntos jurídicos. Paulo Rocha/Fundação Renova entende 199 que este tema é prematuro para ser levado ao CIF. Júlio/ Prefeitura de Mariana estranhou 200 a discussão por entender que este fato já estava consumado em relação ao retorno de 201 Candonga/retorno Samarco e declarou que todos deveriam ter uma visão mais 202 humanística a respeito. Ricardo Ruiz, coordenador da CTEI, relatou que na parte da manhã foi feita a votação sobre a NT° 64 e sobre o pleito de Santa Cruz do Escalvado e 203 204 Rio Doce em ser pautadas ou não no CIF e informou que ficou decidido que a nota técnica

será pautada. Camilla Nogueira/SETADES adensou o que foi falado sobre os municípios 205 206 que dependem das usinas ligadas ao Rio Doce para arrecadação e informou que há um 207 tempo esse estudo tem sido discutido na câmara e por isso sugeriu que a CT-EI procure 208 pareceres jurídicos para explicar quais os procedimentos a serem seguidos relacionados ao ressarcimento. Franklin Gonçalves/CEMIG concordou com os comentários feitos pela 209 Camilla Nogueira/SETADES e informou que gostaria de ver novas posturas da Fundação 210 211 Renova em cumprir o TTAC, em cumprir prazos e etc. Paulo Rocha/Fundação Renova 212 sugeriu que o retorno do CIF seja o começo das discussões de forma que mantenha 213 harmonia entre Fundação/CIF. Orsi Rodrigues, assessor tributário do Prefeito do 214 Município de Santa Cruz do Escalvado fez um questionamento ao Ricardo Ruiz/INDI 215 sobre o conhecimento da Fundação Renova quanto ao ressarcimento, por parecer que a 216 Fundação não sabia de nenhuma documentação. Ricardo Ruiz/INDI em resposta 217 informou que foi enviado à Fundação Renova todos os documentos após a divulgação da pauta no dia 25 de setembro de 2018, porém este assunto nunca tinha sido trazido com 218 219 robustez. A Fundação Renova solicitou que constasse em ata a pendência de discussão 220 dos aspectos técnicos e jurídicos referidos acima, os quais, no mesmo sentido, carecem 221 de análises pelo corpo jurídico pela CTEI, antes que seja submetido qualquer 222 entendimento formal ao CIF. A reunião retornou quatorze horas e quatorze minutos (14:14) com a palavra do Sr. Ricardo Ruiz/INDI explicando o conteúdo presente no ofício 223 sobre ressarcimento de despesas do IFES Campus Itapina que estabelece um nexo-224 225 causal com o evento, sendo: disponibilização de recursos do Campus, impacto na 226 operação do Campus devido à poluição do rio, impactos na estrutura do tratamento de 227 água do Campus, comprometido do sistema de distribuição de água do Ifes, necessidade 228 em recuperação as condições da produção de apicultura e por fim solicita uma reforma. 229 O Ifes, tendo como referência um termo de preliminar com orientação do Ministério Público solicita ao CIF que interceda junto a Fundação Renova e pleiteiam: 230 231 Ressarcimento de R\$ 209.197,36, elaboração de um projeto para uma barragem no leito 232 do Rio São João Grande, uma nova estação de tratamento de água adequada as situações 233 atuais de operação e um laboratório. Ricardo Ruiz/INDI explicou que como está descrito 234 no próprio documento, esse pedido de ressarcimento está ligado a algum tipo de despesa 235 vinculado ao evento e considera que a CT-EI deve encaminhar esse pleito a Fundação 236 Renova para que a mesma avalie a pertinência desse ressarcimento e posteriormente 237 acione a EY para avaliar toda documentação. Paulo Rocha/Fundação Renova informou 238 que as solicitações de obras/infraestrutura serão encaminhadas as áreas técnicas da 239 Fundação para avaliação. Quanto a parte de ressarcimento de gastos passados, haverá 240 uma comunicação formalizada sobre o posicionamento da Fundação Renova de que o Ifes não é um compromitente ou prefeitura que são as duas esferas que estão dentro das 241 deliberações do CIF e das cláusulas do TTAC que regem o ressarcimento, desta forma, a 242 243 Fundação Renova não possui estrutura que permite essa contemplação. Ricardo Ruiz/INDI solicitou que o Sr. Paulo Rocha/Fundação Renova envie uma resposta formal 244 245 à CT-EI sobre o posicionamento em relação aos ressarcimentos solicitados em ofício. 246 Esse documento de resposta será levado ao âmbito do CIF como informe. César 247 Sarsur/EY informou sobre o **relatório anual**, que a Renova tem até o décimo dia de cada 248 ano para submetê-lo e que de acordo com o TTAC, este relatório sempre deve ser 249 analisado por auditoria independente, para isso a EY confrontou as informações 250 quantitativas que estavam no relatório com os controles auxiliares mantidos pela 251 Fundação Renova e algumas inconsistências foram encontradas e descritas em relatório 252 da EY. Este relatório de inconsistências foi entregue ao CIF e posteriormente entre as 253 Câmaras Técnicas. César Sarsur/EY sobre o processo de auditoria do Programa de 254 Recuperação de micro e Pequenos Negócios informou que os trabalhos junto com a 255 Fundação Renova foram iniciados e apresentou os status dos procedimentos, de acordo 256 com ele de 7 procedimentos de asseguração, faltam concluir 4. Após conclusão de todos 257 os procedimentos, EY e Fundação Renova discutirão os resultados. César Sarsur/EY acredita que é possível submeter a avaliação das entregas emergências no âmbito deste 258 259 programa na CT-EI de novembro/2018. Ricardo Ruiz/INDI proferiu explicação sobre os 260 itens presentes na Nota Técnica nº 64 - Programa de Retomada Agropecuária no 261 **Território 2** feita pelo GT Agropec. Durante a explicação informou sobre o encontro que 262 acontecerá no dia 17 no INDI, liderado pela GT-GRSA, com o tema estudo de irrigação 263 e sobre GT-Pesca que acontecerá no dia 20/10, liderado pela CT-Bio. Pedro Carvalho/SEAG informou que NT foi assinada dia 17 de setembro de 2018 e considera 264 265 que contando os 30 dias previstos na nota a data de limite já estaria próxima. Mirna 266 Corrêa/MAPA questionou sobre a data de assinatura e a data de recebimento da Fundação Renova e considera que a contagem dos 30 dias previstos deve começar após o 267 268 recebimento da NT pela Fundação. Desta forma, ficou acordado entre Fundação Renova 269 e CT-EI o novo prazo, sendo dia 25 de outubro de 2018. Ricardo Ruiz/INDI questionou 270 se a NT n° 64 será deliberada no CIF de outubro. Pedro Moreira/SEDA informou que o 271 GT Agropec chegou à conclusão que o diálogo direto para se criar um programa mais 272 avançado seria mais pertinente do que deliberar sobre algo que iria inicialmente para

Renova, depois ao CIF e depois retornaria a CT-EI/Agropec. Pedro Moreira/SEDA considera que o GT deu um prazo para a Fundação Renova retornar e se colocou à disposição para discutir os pontos levantados para que na próxima reunião da CT-EI seja deliberado uma nota técnica ao CIF com algo mais avançado, o que não for acordado entre Renova e GT Agropec será levado a CT-EI para que o CIF delibere e faça cumprir e finalizou com a consideração de que a Nota Técnica nº 64 não deve ser levada no mês de outubro. Henrique/INDI sugeriu que seja marcada uma reunião no dia 25 de outubro entre a CT-EI e a Fundação Renova para alinhar os pontos levantados na NT nº 64. Mirna Corrêa/MAPA solicitou que o plano seja enviado a CT-EI antes do dia 25/10. Pedro Carvalho/SEAG concordou com a fala do Pedro Moreira/SEDA e espera que nesta reunião sejam feitas apenas os ajustes e que não voltem em discussões anteriores. Pedro Carvalho/SEAG relatou que estará de férias a partir do dia 13 de outubro e que apesar de querer participar, os trabalhos poderão continuar. Mirna Corrêa/MAPA comentou sobre a proposta dos produtores rurais também atestarem sobre o enceramento de ATER em suas propriedades de forma que todos, inclusive a Fundação Renova tenham documentação assinada de que as ações foram encerradas com a concordância de todos os envolvidos. Vitor Hermeto/Fundação Renova em resposta à Mirna/MAPA comentou sobre os critérios de encerramento previstos e concorda que estes detalhes têm que estar muito mais claros para os produtores. Sobre a NT n°64, Vitor Hermeto/Fundação Renova comentou que a intenção é resolver uma série de coisas antes do dia 25, inclusive os editais de ATER. Camilla Nogueira/SETADES questionou o prazo de revisão do item 2.2 da página 2 da Nota Técnica que cita o levantamento dos impactos das atividades agropecuárias que seria finalizada em agosto e solicitou que a Fundação Renova esclarecesse sobre este levantamento. Em resposta, Leonardo Ferreira/Fundação Renova esclareceu que este levantamento está ligado diretamente aos impactos no sistema de irrigação e informou que esses estudos foram concluídos e estão em avaliação na CT-GRSA. Leonardo Ferreira/Fundação Renova informou que devido a finalização de vários estudos e também ao grande número de novas informações será necessária contratação de sistematização de tudo isso. Mirna Corrêa/MAPA questionou o tempo para finalização da sistematização e Leonardo Ferreira/Fundação Renova prevê que essa sistematização saia em 40 ou 50 dias. Pedro Moreira/SEDA sobre os Editais de ATER questionou se a Fundação Renova entendeu que a aprovação da política de ATER só acontecerá quando englobar o Estado do Espírito Santo e que os editais de assentamento e área 2 mineira estão muito incipientes e precisam avançar, com o compromisso de que na próxima CT-

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

288

289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

El serão apresentados os editais (1 e 3) e a proposta para o Espírito Santo para que só seja deliberado caso todas as partes estejam em acordo. Vitor Hermeto/Fundação Renova informou que antes de enviar os editais para a CT-EI ele retirou os detalhes sobre Espirito Santo porque a estratégia apresentada era de atendimento da prestação de serviço de assistência técnica totalmente através de editais. Informou que por não ter participado das reuniões de acerto de estratégia do Estado do Espírito Santo não conseguiria responder todas as questões e que a informação que tem é que as melhores estratégias seriam discutidas com a SEAG-ES. Vitor Hermeto/Fundação Renova concordou que o diálogo com o Estado Espírito Santo deve melhorar e afirmou que até o fim de outubro todas as estratégias relacionadas a este Estado estarão colocadas e ressaltou que a Fundação Renova opta por editais públicos. Pedro Carvalho/SEAG informou que essa discussão com SEAG-ES está acontecendo a mais tempo, mas que devido às demandas da CTEI, ele está por fora desses assuntos. Vitor Hermeto/Fundação Renova marcará uma reunião com a Emater/ES para alinhar essas estratégias. Pedro Moreira/SEDA solicitou que junto com a entrega da definição do programa seja entregue os outros editais de Ater e sugeriu um encontro entre a Emater/MG e os técnicos do Espírito Santo para que no dia 25 essas discussões já sejam finalizadas. Pedro Moreira/SEDA juntamente com o GT Agropec fará a elaboração de uma Nota Técnica a ser enviada à CTEI sobre a aprovação do edital ATER 2 e recomendações de ajuste dos editais 1 e 3. Camilla Nogueira/SETADES apresentou o ofício enviado pelos produtores rurais de Linhares que solicitam medidas de reparações para os problemas que estão acontecendo nas propriedades próximas ao Rio Doce e as lagoas. No relatório são apresentados os problemas decorrentes da contaminação da água, alguns prejuízos econômicos devido à perda das atividades agrícolas na cultura do cacau, da banana e do café e aponta algumas perdas na atividade pecuária, na piscicultura e no turismo na região das lagoas. De forma geral, o relatório solicita as indenizações, de acordo com os agricultores nenhum deles ainda recebeu. A CT-OS informou que as indenizações já estão caminhando com algumas dificuldades relacionadas aos valores pagos pela Fundação Renova. A Defensoria Pública do Estado está envolvida no contexto de monitoramento das ações buscando entender amplamente quais foram os impactos dos agricultores em Linhares, a Defensoria liberará um parecer jurídico que está em processo de construção e em breve o documento será entregue para que haja maior conhecimento da situação dos agricultores. Neste mesmo relatório, o sindicado dos agricultores solicita assistentes técnicos para acompanhar a retomada das atividades. O sindicado realizou uma reunião com a Fundação Renova e propôs a criação

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

de um grupo de trabalho para tratar estes assuntos, a ideia é que a partir da criação deste grupo os processos ganhem mais celeridade. Leonardo Ferreira/Fundação Renova questionou se a retomada de atividades será discutida no GT do dia 29. Camilla Nogueira/SETADES em resposta informou que como o relatório apresenta prejuízos em uma área muito grande, provavelmente haverá presença de muitos agricultores e não serão tratados somente assuntos referentes as lagoas. Henrique/INDI sugeriu que esse relatório seja transformado em nota técnica para que seja enviado a todos. Camilla Nogueira/SETADES solicitou que seja dada uma resposta formal ao sindicado e Henrique/INDI informou que essa resposta saíra diretamente do CIF. Camilla Nogueira/SETADES apresentou o projeto de Retomada do Turismo na Foz do Rio **Doce** que fala sobre as condições socioeconômicas da região. O projeto é considerado bom, pois apresenta ações para dinamizar as atividades econômicas em alguns lugares e prevê ações conjuntas com o SEBRAE. No entanto, foram indicadas algumas brechas no projeto, sobretudo ligadas a falta de ações ambientais. Além disso, acreditam que deveria ser englobado um turismo de valorização da cultura nativa e turismo sustentável. Camilla Nogueira/SETADES apresentou uma possível estrutura para esse projeto e informou que ainda não foram superadas a relação da qualidade da água com a retomada da pesca e a relação com a unidade de conservação. Camilla/SETADES informou que ao final do documento serão descritas as medidas que devem ser tomadas prioritariamente, sendo que algumas ações de infraestrutura já estão sendo movimentando. Apresentou o convite a CT-EI para uma reunião do dia 19 de outubro da CT-Educação para discussão do projeto, sobretudo sobre as estradas. Paulo Rocha/Fundação Renova agradeceu a Camilla Nogueira/SETADES pelo trabalho e solicitou que esse projeto seja enviado à Renova. Paulo/Renova esclareceu que existe um projeto de longo prazo para restabelecimento do fluxo turístico e devido a isso está sendo criado outros atrativos culturais para gerar esse fluxo. Existem algumas ações previstas, que serão desenvolvidas e algumas decisões foram tomadas diretamente com a comunidade e esclareceu que há algumas necessidades/demandas vão além do que está previsto nos planos de turismo/retomada das atividades, entre elas as questões das estradas. Camilla Nogueira/SETADES esclareceu que existem diversos sonhos da comunidade, mas enxerga a necessidade em se criar um espaço para interlocução entre a câmara e onde o projeto está sendo tratado, para se discutir sobre o recurso.

373

374

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

Encaminhamentos:

Responsável	Encaminhamento	Prazo
Camilla Nogueira/SETADES	Buscar informações para se criar uma estimativa de ressarcimento da paralisação da UHE em Baixo Gandú.	-
CTEI/ Ricardo Ruiz - INDI	Elaboração da Nota Técnica sobre os pleitos de Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado – Paralisação de Candonga.	09/10/2018
Pedro Carvalho/GT Agropec	Elaboração da Nota Técnica a ser enviada à CTEI sobre a aprovação do edital ATER 2 e recomendações de ajuste dos editais 1 e 3.	08/10/2018
CTEI/ Ricardo Ruiz - INDI	Enviar à Fundação Renova o Ofício nº 78-2018-GAB-DG- Campus Itapina.	-
Paulo Rocha/Fundação Renova	Enviar resposta formal à CT-EI relacionada ao IFES não ser órgão compromitente, desta forma não caberá ressarcimento.	-
Lucas Scarascia/Fundação Renova	Entregar revisão do Plano para o Território 2 do Programa de Retomada das Atividades agropecuárias compreendido entre o município de Santa Cruz do Escalvado e Linhares.	25/10/2018
Fundação Renova/GT Agropec	Marcar reunião entre o grupo de trabalho Agropec e Fundação Renova para fechamento do Plano atendendo as recomendações da nota técnica 64.	25/10/2018
Leonardo Ferreira/Fundação Renova	Finalizar sistematização dos estudos de irrigação/cadastro/manejo de rejeitos/tipos de impactos nas propriedades rurais.	Fim de 2018.
CTEI/ Ricardo Ruiz - INDI	Enviar à Fundação Renova relatório do Sindicato Rural de Linhares sobre os impactos e soluções referentes aos produtores rurais.	-

375

376 Participaram da reunião os seguintes representantes:

- 378 Ricardo Machado Ruiz (INDI)
- 379 Henrique Tavares (INDI)
- 380 Pedro Luis Pereira Teixeira de Carvalho (SEAG)
- 381 Pedro Moreira (SEDA)
- 382 Cesar Fonseca Sansur (EY)
- 383 Emanuel Camilo de O. Marra (SEDESE)
- 384 Orsi Rodrigues Júnior (Pref. Santa Cruz do Escalvado)

- Mirna Lúcia Corrêa (MAPA)
 Camilla dos Santos Nogueira (SETADES)
 Lucas Dias Alves e Silva (FAPEMIG)
- 388 André Luiz Cintra Leal de Souza (Ramboll)
- 389 Feliciano Nogueira de Oliveira (SEAPA)
- 390 Júlio César Vasconcelos (Pref. Mariana)
- 391 Laryssa A. de Oliveira (EY)
- 392 Flávio Cunha Machado (EY)
- 393 Franklin Gonçalves (CEMIG)
- 394 Leonardo Ferreira (Fundação Renova)
- 395 Lucas Sant'Anna (Fundação Renova)
- 396 Vitor Hermeto C. Campos (Fundação Renova)
- 397 Paulo Guilherme Rocha (Fundação Renova)
- 398 Sérgio Ferreira Lima Filho (Fundação Renova)
- 399 Heloisa Helena Vasconcelos de Aquino (Fundação Renova)
- 400 Marcos H. Lima (SEDESE)